



RESOLUÇÃO Nº 01/2006

“Dispõe sobre a Regulamentação do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 11, de 18 de dezembro de 1991, alínea “n” do inciso IV, do artigo 26, da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2001 e, ainda, considerando o disposto no artigo 7º, da Lei nº 8.411, de 27 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

**CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES DO FUNDO**

Artigo 1º O Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado destinará os seus recursos, em caráter supletivo, para o apoio e desenvolvimento de programas e projetos dos seus recursos humanos, bem como para ampliar sua capacidade instalada e ao atendimento de despesas de manutenção de suas atividades fins, compreendendo, dentre outras:

- I. o reaparelhamento e reequipamento das unidades de serviço do Tribunal de Contas;
- II. a construção, ampliação e reforma de prédios, objetivando a adequação da estrutura física do Tribunal ao satisfatório desempenho de suas atividades;
- III. a promoção de simpósios, congressos, seminários ou conferências que visem ao intercâmbio e ao aperfeiçoamento técnico com entidades congêneres ou de direito privado;
- IV. o financiamento de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares, com entidades públicas ou privadas, visando ao aprimoramento do pessoal do Tribunal de Contas; e
- V. outras atribuições ligadas a seus objetivos.



**CAPÍTULO II
DAS RECEITAS**

Artigo 2º Constituem recursos do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas do Estado:

- I. as dotações orçamentárias do Estado e os créditos adicionais a ele destinados;
- II. os resultantes de convênios, contratos e outros acordos ou ajustes celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado, com instituições públicas ou privadas, governamentais e não-governamentais, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- III. os provenientes do recolhimento de taxas de inscrição em concurso público do Tribunal de Contas;
- IV. as contribuições, auxílios ou subvenções recebidas de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, ou organismos internacionais públicos e privados;
- V. recursos auferidos em razão de aplicações financeiras;
- VI. arrecadação de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- VII. valores cobrados pela expedição de certidões, extrações de cópias reprográficas e prestação de outros serviços de natureza similar;
- VIII. alienação de materiais e bens inservíveis;
- IX. garantias retidas dos contratos administrativos e multas deles decorrentes;
- X. recursos oriundos de matrículas e mensalidades de cursos promovidos pela Escola de Contas; e
- XI. quaisquer outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas.

Parágrafo único. Os preços dos serviços mencionados no inciso VII deste artigo, serão fixados pelo Presidente do Tribunal de Contas, por meio de portaria.

Artigo 3º A arrecadação das receitas previstas nos incisos III, VI e VII, do artigo anterior, assim como outras passíveis de recolhimento à conta do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Tribunal de Contas, será efetuada por intermédio de guia própria, junto aos bancos autorizados.

Parágrafo único. A notificação do interessado da decisão que lhe impôs multa, será acompanhada, desde logo, da guia de recolhimento do montante devido.



CAPÍTULO III DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Artigo 4º O Fundo terá orçamento anual próprio, aprovado conjuntamente com o orçamento do Tribunal de Contas, cabendo ao seu Presidente implementar as alterações que se fizerem necessárias no curso da sua execução.

Artigo 5º O Fundo manterá contabilidade própria, independente do Tribunal de Contas, ficando obrigado à prestação de contas anual, no prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do exercício financeiro.

§ 1º Os saldos financeiros do Fundo, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o seguinte, a seu crédito.

§ 2º Os bens adquiridos com recursos do Fundo serão incorporados ao patrimônio do Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO

Art. 6º O Tribunal de Contas do Estado é o gestor do Fundo, cabendo ao seu Presidente a função de ordenador de despesas, facultada a delegação.

Art. 7º Na execução da receita e despesa do Fundo, serão obedecidas as normas gerais estatuídas para a Administração Pública.

Parágrafo único. As licitações serão realizadas por uma Comissão especialmente designada pelo Presidente, na forma da legislação pertinente.

Art. 8º O Presidente designará servidores do Tribunal que ficarão à disposição do Fundo, prestando-lhe suporte técnico e administrativo.

Art. 9º Os recursos financeiros do Fundo serão mantidos e centralizados em conta especial, em estabelecimento bancário designado pelo Presidente.

Parágrafo único. Admitir-se-á descentralização de recursos para outra conta ou estabelecimento bancário quando os mesmos forem vinculados a determinados programas, projetos ou atividades ou, ainda, decorrentes de convênios ou instrumentos similares, bem como nas aplicações financeiras.



**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10 Os servidores do Tribunal designados para prestar apoio técnico e administrativo ao Fundo não farão jus a qualquer forma de remuneração adicional.

Art. 11 À Coordenaria de Orçamento e Finanças do Tribunal de Contas do Estado caberá a elaboração do modelo de guia de recolhimento das receitas devidas ao Fundo.

Art. 12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,
em Cuiabá, 14 de março de 2006.

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro BRANCO DE BARROS

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro VALTER ALBANO - Vice-Presidente

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Fui presente

Procurador de Justiça dr. JOSÉ EDUARDO FARIA



**Tribunal de Contas do Estado
de Mato Grosso**

TC
Fls. ____
Rub. ____

Secretaria Geral do Tribunal Pleno
